

# “NÓS NEGROS E LGBT ESTAMOS AQUI!”: RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE NA AÇÃO POLÍTICA EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

## “WE BLACK AND LGBT PEOPLE ARE HERE!”: RACE, GENDER AND SEXUALITY IN POLITICAL ACTION AT BRAZILIAN UNIVERSITIES

Stephanie Lima\*

**Resumo:** A última década vem sendo marcada por um conjunto de implementações de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, resultando num crescimento contínuo de sujeitos nesses espaços. A pesquisa de doutorado que dá origem a este artigo tem como objetivo geral explorar as transformações nas táticas e estratégias políticas nesse contexto, considerando a emergência de formas recentes de ação coletiva em universidades brasileiras e os próprios processos de emergência e de produção de novos sujeitos políticos. Apresento algumas reflexões a partir da etnografia em dois encontros nacionais universitários: o I EECUN (Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários) e o XIV ENUDSG (Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero), realizados em 2016. Por fim, considero que a pesquisa de campo realizada nestes dois encontros nacionais, que reúnem e reuniram um considerável número de participantes e que contaram com diversos atores envolvidos na organização, permite pensar as articulações entre esses atores para além das tensões tocantes às relações entre os diversos movimentos que estão na universidade – como o movimento estudantil, feminista, negro e LGBT.

**Palavras-chave:** Raça, Gênero e Sexualidade. Coletivos Negros Universitários. EECUN. ENUDSG.

**Abstract:** The last decade has been marked by a set of affirmative policies implementations at Brazilian universities, resulting in a continuous growth of subjects in these spaces. The doctoral research that originated this article has as a general goal to explore the transformations in political tactics and strategies in this context, considering the emergence of recent forms of collective action at Brazilian universities and the processes of emergence and construction of new political subjects itself. I present some considerations based on the ethnography of two national university meetings: the I EECUN (Meeting of Black Students and University Collectives)

---

\* Mestre em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). Doutoranda no programa de pós-graduação em ciências sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu; coordenadora do Grupo de Estudos de Feminismos Negros/UNICAMP e do Catálogo Nacional de Pesquisadores Negras, Negros e Indígenas das Ciências Sociais. E-mail: lima.p.stephanie@gmail.com.

and the XIV ENUDSG (National Meeting at Universities on Sexual and Gender Diversity), both held in 2016. Finally, I consider that the field research carried out at these two national meetings, these which gather and gathered a reasonable number of participants and had various actors involved in the organization, allows us to reflect upon the articulations between these actors beyond the tensions regarding the relations between the various movements placed at the university – students movement, feminists, black people, LGBT.

**Keywords:** Race, Gender and Sexuality. University Black Collectives. EECUN. ENUDSG.

## 1 Introdução

Este artigo é parte da pesquisa empírica e documental em desenvolvimento para a minha tese de doutorado acerca da emergência de formas recentes de ação coletiva em universidades brasileiras. O objetivo geral é explorar as transformações que a proliferação de determinados sujeitos na universidade vem gerando nos processos de produção de sujeitos políticos e de táticas e estratégias políticas. Com a proposta metodológica, tomo como lócus privilegiado de observação grupos e coletivos autoidentificados como negros/negras, por mobilizarem o contingente de pessoas que mais cresce quantitativamente nas universidades brasileiras (BRASIL, 2016). Buscarei neste artigo, portanto, apresentar algumas reflexões a partir da observação de dois encontros nacionais universitários realizados no ano de 2016.

É importante ressaltar que a escolha desses grupos e coletivos se deu a partir da percepção de que, em meio ao emaranhado de pautas, grupos e reivindicações que perpassam o “movimento universitário”<sup>1</sup>, o questionamento e/ou a centralidade na questão racial vêm tomando protagonismo nos últimos anos (LIMA, 2016). Dessa forma, parto da hipótese de que o aumento de pessoas negras nas universidades e a proliferação de sujeitos políticos negras e negros configuram um contexto que (re)organiza as fronteiras entre “campos políticos” e “acadêmicos”. Tal postulado que venho tentando construir encontra respaldo nas análises propostas por Sonia Alvarez (2014) de que os movimentos sociais são “campo(s) discursivo(s) de ação” que conectam vários atores. Em outras palavras, fazer parte de um campo deriva de um processo anterior de reconhecer-se como parte dele e interagir com os outros atores sociais. Isso posto, essa noção abre caminho, portanto, para examinar de forma mais cuidadosa o acionamento e os limites do que possa ser fazer parte de um espaço político.

Desse modo, refletir sobre aspectos que apareceram nos dois encontros que abordarei a seguir permite-nos pensar para além das tensões tocantes às relações entre os diversos movimentos que estão na universidade – movimento estudantil, negro, LGBT e feminista. Além disso, possibilita explorar o modo como ocorrem as articulações entre diversos atores, manejadas nos processos de formação desses sujeitos políticos e de suas táticas e estratégias. Por fim, considero que as observações nesses dois encontros nacionais, responsáveis por reunir

---

<sup>1</sup> As primeiras observações no campo, em conjunto com trabalhos anteriores, apresentam uma disputa entre o termo “universitário” e “estudantil” para esses atores. Portanto, para este trabalho será utilizada a categoria “movimento universitário” em referência a todo o conjunto de grupos e atores envolvidos com ações políticas na universidade, por compreendê-la como mais ampla. Ver Lima (2018).

um considerável e diverso número de participantes, permitem apontar para reflexões iniciais em torno do processo recente de transformação na ação política no movimento universitário brasileiro.

## 2 A emergência do sujeito político negro universitário

*“Nós negros e LGBT estamos aqui e estamos conquistando nosso espaço. Atura ou surta!”*. Essa frase, repetida em formato de “jogral”<sup>2</sup> no Ato Público do XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG)<sup>3</sup>, em 2016, foi lida por uma participante negra, com suas tranças coloridas, ao lado de outras participantes negras com os seios à mostra, e mais “enudianos”<sup>4</sup> seminus no “bandejão”<sup>5</sup> da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

O uso do corpo (com o nu), da estética (pelas tranças coloridas) e a ênfase na autonomia (no uso do “microfone-humano”) conformam uma série de elementos presentes na cena apresentada, que se relacionam com um processo de transformação política recente. O uso dessa estética, por exemplo, tem sido ressaltado em observações de ações políticas contemporâneas como a Marcha das Vadias e as Jornadas de Junho de 2013<sup>6</sup>. Dessa forma, proponho refletir, inicialmente, sobre o presente contexto que envolve os encontros que serão tratados neste artigo, sendo eles: o I Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários (EECUN) e o XIV Encontro Nacional em Universidades de Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG).

Os estudos sobre movimentos sociais acompanham mudanças que nos conduzem ao contexto mais recente. A pesquisa pioneira desenvolvida por Regina Facchini (2005) reconstrói a formação e modificação do movimento LGBT, contextualizando um processo comum a outros movimentos que surgem ainda nos anos 1970, mas apenas com o pós-redemocratização passam a reivindicar-se como sujeitos de direito. Através da história do movimento LGBT, Facchini nos apresenta a apropriação da organização em formatos institucionalizados, as ditas organizações não-governamentais (ONG), a partir dos anos 1990, o que marcou um processo de mudança, no sentido da institucionalização e da ocupação e pressão pela criação de espaços de articulação socioestatal. Também Lia Zanotta Machado (2010), em pesquisa sobre o movimento feminista,

<sup>2</sup> Jogral é uma forma comumente usada em manifestações políticas com ausência de equipamentos de som. Ele também é conhecido como “microfone humano”, em que uma pessoa fala e todos os presentes repetem, para assim fazer volume ao que está sendo dito.

<sup>3</sup> A partir das discussões travadas na XII edição, em 2014, o encontro que antes recebia o nome de Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) passa a se denominar ENUDSG – Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero.

<sup>4</sup> O termo “enudiano” é utilizado nos espaços e nos textos (atas, plenárias etc.) dos Encontros. A partir do VIII ENUDS, o termo começa a aparecer, também, como “enudianx” ou “enudian@”. Neste artigo será usado “enudiano” para referência aos participantes do Encontro.

<sup>5</sup> “Bandejão” é o termo usual para Restaurante Universitário.

<sup>6</sup> Após uma série de manifestações de rua que ocorreram no ano de 2013, autores que se dedicam a refletir sobre movimentos sociais nomearam essas movimentações como “Jornadas de Junho”. O caráter, aparentemente autônomo, dessas manifestações passa a ser ressaltado pelos autores como meio de marcar a diferença entre essas manifestações e as anteriormente utilizadas pelos movimentos estudados. Além disso, outras marchas, como a Marcha das Vadias, que ocorre pela primeira vez no Brasil em 2011, vêm sendo trabalhadas como mais um exemplo de formas contemporâneas de manifestação, também, principalmente, pelo seu caráter “autônomo”. Ver: Gomes e Sorj (2014) e Albuquerque *et. al.* (2014).

observou que nesse momento o movimento passou a ser chamado a participar da construção e avaliação de políticas públicas.

Posteriormente, trabalhos como: Aguião (2014), Rios (2008; 2014), Heredia e Leite Lopes (2014) e Carvalho e Carrara (2013) debruçaram-se sobre as características e dinâmicas no adensamento entre o movimento social e as gestões federais que se deram a partir do início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, que passou a ter como fonte de desenho de políticas públicas as Conferências Nacionais<sup>7</sup>. Esses trabalhos, diferentes das produções anteriores, focalizam não apenas a relação dos movimentos com o Estado, mas com o processo dos movimentos sociais de “fazer[em]-se no Estado” (AGUIÃO, 2014), ao mesmo tempo em que o Estado se faz na relação com os movimentos.

Em dissertação acerca do processo de institucionalização do movimento negro, Flavia Rios (2008) aponta que, no início do governo Lula, observou-se uma abertura política maior tanto para os movimentos sociais quanto para as organizações civis. Em resposta às demandas e compromissos estabelecidos ainda na campanha eleitoral, foram criados distintos espaços de negociação. O primeiro compromisso social do governo Lula para com o movimento negro foi a formação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ainda em 2003<sup>8</sup>. Além disso, o movimento e o governo assumem compromissos públicos e tornam-se aliados políticos. Segundo Carvalho (2006), a principal política que o governo Lula afirmou com o movimento foi a de democratização do ensino superior. Assim, foram criados programas de extensão para o setor privado, como o Programa Universidades para Todos (PROUNI)<sup>9</sup>, e para o setor público, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). É importante frisar que mesmo antes da lei de cotas (12.711/2012), sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, o Supremo Tribunal Federal (STF) já havia declarado a constitucionalidade da reserva de vagas para negros. Essas ações tornam-se as políticas que diretamente contribuem para o aumento de negros e negras nas universidades públicas brasileiras.

O Reuni foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e sua permanência, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e *campi* (BRASIL, 2017). De acordo com Facchini *et al.* (2013), um impacto positivo provocado pelo Reuni foi alocar pesquisadores em instituições

<sup>7</sup> O trabalho de Heredia e Leite Lopes (2014) apresenta os vínculos do plano governamental pós-2003, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e as formas de organização política nesse contexto. A inclusão crescente através de conselhos e conferências cria uma nova organização de tempo de trabalho militante dos representantes e um aprendizado de novas técnicas, fazendo-os, aparentemente, “afastarem-se de suas bases”. Por conseguinte, a relação com os espaços de conselhos e conferências afeta o conjunto das relações no interior do(s) próprio(s) movimento(s) (HEREDIA; LEITE LOPES, 2014). Ainda nesse livro, baseados em pesquisas socioantropológicas realizadas em conselhos e conferências nacionais, os autores veem como positivo o diálogo que, através dessas instâncias, diferentes movimentos sociais, como o movimento negro, de mulheres, rural, LGBT, de juventude, entre outros, passam a estabelecer com “instâncias estatais”.

<sup>8</sup> Nesse mesmo ano, segundo Rios (2008), foi sancionada a Lei 10.639, a qual alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003).

<sup>9</sup> O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes com renda per capita máxima de três salários mínimos (BRASIL, 2017).

espalhadas por regiões mais distantes do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, vários dos quais com pesquisas sobre sexualidade, gênero e raça, descentralizando e expandindo esse campo científico brasileiro. Outra consequência desse processo, apontada por Marcia Lima (2018), foi a diversificação no corpo discente e, por conseguinte, uma redefinição nas agendas de pesquisa.

Segundo Daflon *et al.* (2013), apesar de as universidades estaduais terem sido pioneiras na implantação de políticas afirmativas<sup>10</sup>, a entrada de negras e negros nas universidades federais cresce exponencialmente, sobretudo por meio do Reuni. Em artigo que trata sobre ações afirmativas e juventude negra no Brasil, Marcia Lima (2015) ressalta que uma das diretrizes do Reuni era também a criação de mecanismos de inclusão. Segundo a autora,

O resultado disto foi que em 2008 o número de universidades federais com alguma política de inclusão aumentou de forma significativa. Mais recentemente, em 2010, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que buscou unificar o processo de acesso às vagas oferecidas nas instituições federais, a adesão de grande parte das instituições públicas e privadas ao ENEM, a criação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), completam o rol das mais importantes iniciativas do governo federal para o sistema de ensino superior. Em resumo, é importante frisar que a cota racial faz parte de um conjunto de ações voltado para a expansão e inclusão de indivíduos pobres e negros neste nível de ensino (LIMA, 2015).

Como aponta essa autora, no ano de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprova por unanimidade a constitucionalidade do uso do critério racial na política de cotas, reagindo a uma ação do partido Democratas (DEM) movida contra a Universidade de Brasília (UNB)<sup>11</sup>. Em seguida, ainda em 2012, foi sancionada a Lei de cotas, a Lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012), responsável por garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunos oriundos de instituições de ensino público, a qual incluiu nessa reserva a subdivisão de cotas étnico-raciais (pretos, pardos e índios)<sup>12</sup>.

À luz de Cardoso (2008), compreendo que os mecanismos e imbricações de ordenação política são relacionais e contextuais. Assim, o Reuni e a Lei de Cotas aparecem no campo como políticas centrais, como o resultado de um conjunto de ações e conquistas do movimento negro que possibilitaram o aumento no número de negras e negros nas universidades públicas no Brasil. Dessa maneira, o argumento exposto pela bibliografia apresentada ajuda-nos a compreender o

<sup>10</sup>No livro “Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior”, publicado em 2005, José Jorge de Carvalho reúne um conjunto de textos resultante de reflexões e propostas em torno do tema da reserva de vagas para indígenas e negros, em especial o caso da Universidade de Brasília (UNB). O autor ressalta que a emergência do debate racial e a organização política em torno da política de cotas tem seu início ainda em 2000, mas o crescimento exponencial de movimentações sobre o tema passa a ocorrer a partir da última década (CARVALHO, 2016).

<sup>11</sup>Para uma descrição mais detalhada deste processo, ver Carvalho (2016).

<sup>12</sup>Segundo Santos (2012), a partir dos anos 2000 foi criada uma área temática no âmbito da pós-graduação em torno das ações afirmativas. O crescente número de teses e trabalhos sobre o tema foi observado pelo autor, que nos anos de 2012 e 2013 organizou dois livros, o primeiro levantando onze artigos sobre o processo de inclusão de cotas nas universidades e o segundo com oito artigos de análise dos impactos das cotas nas universidades públicas brasileiras entre 2004 e 2012.

processo anterior à formação e organização dos coletivos e grupos negros universitários presentes nos dois Encontros nacionais de que trataremos a seguir.

Antes de prosseguir, é preciso destacar que, a partir de observações no ENUDSG e no EECUN, em conjunto com parte da literatura já produzida sobre movimento negro no Brasil (GUIMARÃES, 2003; RIOS, 2008 e 2014; FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2009), pode-se afirmar que grande parte dos sujeitos contemplados pelas políticas apresentadas acima passam a se autoidentificar como “negras e negros” depois de suas entradas na universidade. À vista disso, para os sujeitos políticos desses Encontros, os processos de “entender-se como negro” e “tornar-se negro” estão completamente imbricados ao processo de fazer dessa identidade uma identidade política. Assim, considero importante esclarecer ao leitor que, ao longo deste trabalho, compreendo as identidades coletivas como construção discursiva estabelecida a partir de alianças em contextos políticos específicos.

Como dito acima, algumas políticas públicas implementadas nas últimas décadas contribuíram para a entrada quantitativa de negros e negras na universidade. Como o interesse deste artigo está em refletir acerca dos espaços de encontro político desses sujeitos, é necessário compreendermos, além das políticas de entrada, o contexto político em que esses espaços se encontram. Nesse quadro, no período recente, uma série de autores como Alvarez (2014), Ferreira (2015), Daniliauskas (2016), Facchini e Rodrigues (2018) e Lima (2016) vem apresentando formas de reações das gerações mais novas ao processo de institucionalização dos movimentos sociais das últimas décadas<sup>13</sup>. Por reação, os autores observam um distanciamento de características “institucionalizadas” e uma exaltação da estética, do uso do corpo e da autonomia similares aos apontamentos presentes na literatura acerca do formato de organização e atuação em torno das “Jornadas de Junho de 2013” e outras marchas (Marcha das Vadias, Marcha da Maconha etc.).

Nesse sentido, essas pesquisas apontam para a última década como um marco do surgimento de coletivos e organizações formadas por jovens – que não necessariamente reivindicam o uso da categoria juventude – cuja organização política se estabelece em termos de horizontalidade, da formação de coletivo, da não institucionalidade e da experiência de vida. Nesse contexto, as noções de experiência e o corpo aparecem como centrais na constituição dos atores e das pautas políticas. Dito isso, partiremos para apresentação de dois encontros que permitem observar e apontar algumas dessas características: o I Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN) e o XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG), ocorridos no ano de 2016, nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e Rio Grande/RS, respectivamente.

### **3 Do ENUDSG ao EECUN**

O ENUDSG, surgido em 2003, foi objeto de investigação de minha pesquisa de mestrado (LIMA, 2016). A pesquisa o apresentou como um espaço híbrido, o qual se forma, inicialmente,

---

<sup>13</sup>O processo de institucionalização, visto como a maior aproximação do movimento social com as políticas de governo, tem seu início ainda na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, a intensificação desse processo, ao qual as recentes mobilizações se põem em “oposição”, ocorreu na última década e meia com o início do governo Lula e também durante o Governo Dilma.

em oposição à institucionalidade dos movimentos estudantis e LGBT e vê na “academia” um campo fértil de diálogo<sup>14</sup>. Contudo, a trajetória de mais de uma década de edições demonstrou como as fronteiras entre os diferentes atores relacionados ao ativismo em favor da diversidade sexual e de gênero são fluidas e contextuais. Em outras palavras, na sua trajetória, a relação com distintos atores (movimento estudantil, LGBT, feminista, negro, academia etc.) variou de acordo com o contexto mais amplo de cada ano e com os “enudianos” e grupos que organizavam cada edição<sup>15</sup>.

Assim como no EECUN, o ENUDSG contou com o apoio de pró-reitorias de graduação, de secretarias federais e de grupos do movimento LGBT externos à universidade. Vale ressaltar que o ENUDSG ocorreu anualmente por 14 anos, tendo passado por todas as regiões do país e com uma média de 600 participantes por edição<sup>16</sup>. Pelo seu tempo de existência, passaram por ele diferentes gerações de ativistas que hoje atuam nas universidades (como professores e pesquisadores), na gestão de políticas públicas e no controle social através de conselhos municipais, estaduais e federais<sup>17</sup>.

Desde o primeiro contato com os materiais produzidos para e no Encontro, foi possível perceber as transformações ano a ano e o surgimento de novos debates e sujeitos. A partir das entrevistas com antigos organizadores, tornou-se perceptível nas narrativas a constatação do aumento no número de negras e negros a partir de 2007<sup>18</sup>, assim como o crescimento nas pautas e no número de pessoas trans<sup>19</sup> nos espaços do ENUDSG, sobretudo a partir de 2012<sup>20</sup>.

Segundo um dos organizadores do ENUDSG, o tema racial passou a fazer parte de oficinas e rodas de conversa no Encontro a partir da V edição, em 2007<sup>21</sup>. Apesar desse apontamento, outro organizador afirmou que *“o ENUDSG só passa a dar atenção para a questão racial quando se torna insustentável”*. Em conversa informal, uma das organizadoras da última edição (2016) falou: *“o que aconteceu no ENUDSG da UFG, em 2015, foi insustentável. Teve*

<sup>14</sup>De modo geral, o termo “acadêmico” (ou “academia”) apareceu em campo para designar o conjunto de professores e pesquisadores que participam do campo científico, ora usado para marcar a diferença com o que seria “político” e ora utilizado como termo de acusação.

<sup>15</sup>O ENUDSG tem como pressuposto ser realizado cada ano em uma universidade diferente. Ao final de cada edição, na Plenária Final que encerra o evento, um ou mais grupos e coletivos que tiverem desejo candidatam-se para “levar” a próxima edição. Assim, é feita uma votação com os “enudianos” presentes e decide-se a próxima sede. Os grupos e coletivos responsáveis por organizar o Encontro são nomeados de Comissão Organizadora (CO) e Comissão Nacional (CN). Cada edição tem duração, em média, de cinco a seis dias que são tomados por uma programação com rodas de conversa, apresentação de trabalhos, Plenárias Iniciais e Finais, Culturais (festas), Ato-público, mesas etc. Para uma descrição mais atenta do formato organizativo do ENUDSG, ver Lima (2016).

<sup>16</sup>O XIV ENUDSG foi a última edição realizada, em 2016. Alguns interlocutores da pesquisa acreditam que não terão mais Encontros, relacionando isso ao momento de falta de recurso financeiro das universidades públicas.

<sup>17</sup>Os conselhos são instâncias criadas, a partir da Constituição de 1988, com a concepção de gestão participativa nas políticas públicas. Os conselhos são formados por gestores públicos, profissionais especializados e sociedade civil. Para uma descrição mais atenta em torno dos Conselhos, ver Heredia e Leite Lopes (2014).

<sup>18</sup>Segundo um dos organizadores, o V ENUDSG, em 2007, realizado na Universidade Federal de Goiás (UFG), teve em sua programação o debate racial pelo contexto dos debates que ocorriam na época acerca da recente aprovação de cotas raciais na Universidade de Brasília (UNB).

<sup>19</sup>Utilizo neste trabalho o termo trans como referência a travestis, transexuais, mulheres trans, homens trans, trans homens e transgêneros.

<sup>20</sup>Em tese, acerca do movimento travesti e transexual, Carvalho (2015) estabelece a conexão entre o aumento do número de pessoas trans nas universidades com a aprovação do uso do nome social nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

<sup>21</sup>Comunicação concedida em entrevista.

*muito racismo. Aquele velado. Nas festas, na pegação. E agora com o evento cheio de preto não dá mais para esconder o racismo, né? Por isso a edição de 2016 teve esse tema. Não é presente; é constrangimento mesmo”<sup>22</sup>.*

O XIV ENUDSG, ocorrido em 2016, foi realizado na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), no Rio Grande do Sul. Com o tema “Povo que não tem virtude acaba por escravizar: por uma política antirracista e a [r]existência dos corpos colonizados e do movimento LGBT”, foi organizado pelo coletivo de diversidade sexual Camaleão – criado em 2011 – e pela Associação LGBT de Rio Grande e Apoiadores. A edição contou com o financiamento de instâncias da universidade (secretaria de extensão, pró-reitoria de graduação etc.) e grupos ligados ao movimento LGBT da cidade, além do apoio na organização de um grupo ligado ao movimento negro local. A centralidade na articulação entre raça, gênero e sexualidade foi a base dessa edição, estando presente da chamada pública para o evento aos espaços das mesas, convidados e temas das oficinas. Com todas as mesas formadas por integrantes negros<sup>23</sup> da organização e por convidados negros, a grande palavra de ordem do encontro foi: “Vamos enegrecer esse babado!”, referindo-se ao desejo de “enegrecer” o ENUDSG. Logo após o texto que apresentava o evento, o cartaz da edição trazia a imagem de uma mulher mais velha, negra, gorda e com um lenço na cabeça, segurando o corpo de um rapaz jovem, negro, magro e ensanguentado, estando os dois sob uma bandeira conhecida como símbolo do movimento LGBT<sup>24</sup>.

Já na Plenária Inicial – primeiro espaço da programação do encontro – observaram-se aspectos que perpassariam por todos os momentos daquele ENUDSG. Apesar do coletivo que estava organizando ter sido formado por negros e brancos, apenas organizadores negros sentavam-se às mesas para as falas ou mediação. Constantemente, as pessoas brancas da organização e do apoio eram colocadas como aliadas, com o argumento de que a participação ativa e presença de negros em “espaços de visibilidade” faziam parte do desejo de “enegrecer o ENUDSG”.

Além da mediação das mesas por parte de um integrante negro da organização, as mesas foram compostas exclusivamente por negros e negras LGBT ativistas do movimento trans, movimento de lésbicas e do movimento LGBT, que atuam principalmente na internet. Vale ressaltar que em duas das cinco mesas propostas pela organização, houve também a presença de indígenas ligados ao movimento social local, algo até então nunca observado em nenhuma edição do encontro. Outra novidade no formato organizativo dessa edição foi a criação de uma comissão auto-organizada de negras e negros para “resolver qualquer caso de racismo no ENUDSG”. Essa comissão foi composta por grande parte dos negros presentes no Encontro que, também pela primeira vez, representavam uma grande parte dos participantes.

Em pesquisa anterior acerca do ENUDSG, ressaltai a importância da “fechação” no

<sup>22</sup>A edição de 2015 teve como sede a Universidade Federal de Goiás. Segundo alguns interlocutores, esse encontro contou com uma grande presença de participantes negros e negras e o tema racial esteve mais presente, nos debates e espaços de sociabilização, que nos anos anteriores. Apesar de não ter participado dessa edição, recebi informações de tensões e acusações de racismo que teriam sido o motivo para o tema do ENUDSG seguinte, em 2016.

<sup>23</sup>Nesses dois encontros, o acionamento da identidade racial foi constitutivo nas falas e nos espaços. Assim, o uso de negros/negras e brancos/brancas corresponde a como os sujeitos ali presentes se apresentavam.

<sup>24</sup>Ver anexo 1

encontro<sup>25</sup>. A “fechação” presente em todos os espaços, mas principalmente no Ato público e nas Culturais (festas), se faz como um ato político e ao mesmo tempo compõe a “experiência” que é o ENUDSG (LIMA, 2017). No caminho para uma das Culturais que teve como tema “festa preta”, uma participante que já tinha ido a outras edições comentou: “*Nesse ENUDSG as pessoas estão mais tímidas*”, referindo-se ao pouquíssimo número de pessoas nuas ou seminuas nas festas. Em resposta, outra participante disse, ironicamente: “*É por causa do frio, mas não é só. Quem vai chocar nesse ENUDSG são os pretos. A fechação vai ser preta e não LGBT!*”<sup>26</sup>

No dia seguinte ocorreu o Ato-público, e o desfile de tranças e roupas coloridas junto aos cabelos *blacks* compuseram a estética do ato em conjunto com cartazes escritos: “tá achando ruim? Vai ter preto, sim!”; “seu racismo bate no meu *black* e volta”; “bixa preta é resistência”, dentre outros. No “bandejão” da universidade, os participantes se reuniram para a leitura de um texto que seria repetido outras vezes em formato de “jogral” e sintetiza o que, para os ali presentes, era “enegrecer” um espaço:

*“Estamos aqui hoje no encontro de diversidade sexual e gênero para mostrar que nós somos corpos que resistem. Enquanto negros, não nos calaremos diante dessa sociedade racista e enquanto LGBT não toleraremos a LGBTfobia. Várias manas e manos foram no atacadão [mercado da cidade] e sofreram racismo, machismo e LGBTfobia. Apesar dos sentimentos ruins, decidimos transformar isso em força e mostrar que nós existimos e viemos para incomodar: nós negros e LGBT estamos aqui. Estamos conquistando o nosso espaço. Atura ou surta! [gritando].”*<sup>27</sup>

Enquanto no ENUDSG o desejo dos participantes e da organização era “enegrecer” um espaço que teria como foco questões de gênero e sexualidade, o EECUN teve como palavra de ordem “criar um protagonismo preto na universidade”. Segundo alguns dos organizadores do EECUN, o encontro começou a ser idealizado ainda em 2014 após o Fórum Nacional da Juventude Negra<sup>28</sup>. Para alguns, foi a partir da troca de “experiência” que a “vivência” do racismo na universidade foi percebida como algo em comum entre aqueles estudantes. Assim, surgiu a ideia de “juntar toda essa negrada e pensar numa pauta política e objetiva que é pensar a permanência universitária”. Danilo Lima, estudante da UFSCAR, em vídeo feito pelo Alma Preta<sup>29</sup>, afirma que a ideia foi criar um espaço “plural e aberto onde estudantes que passam pela mesma dificuldade [racismo] pudessem construir juntos alternativas” (ALMA PRETA, 2015).

<sup>25</sup>Segundo MacRae (1982), “fechação” era o termo usado para a característica principal da diferença entre o movimento homossexual, da época, e os outros movimentos e grupos e tinha como sinônimo “desmunhecação” e “escândalo”. Naquele momento, o autor observa que a prática estava ligada ou até mesmo estabelecia um sentido de “ser homossexual militante”. Para ele o que mais irritaria os “militantes mais sérios” dos movimentos homossexuais e feministas era a falta de seriedade na “fechação”. Visto que além de ser uma reprodução de estereótipos, não levaria à mudança: quando todos os valores se tornam objetos de zombaria, nem a própria militância escapa. Segundo o autor o aspecto lúdico da “fechação” serve como forma de evitar o surgimento de novos padrões identitários e até mesmo como meio de sobrevivência (MACRAE, 1982).

<sup>26</sup>Retirado do caderno de campo.

<sup>27</sup>Retirado do caderno de campo.

<sup>28</sup>O Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE é um espaço de articulação, interação e aglutinação de grupos, organizações e articulações de juventude negra interessados na organização e articulação nacional (CONVOCAÇÃO, 2008).

<sup>29</sup>O Alma Preta é uma agência de jornalismo especializado na temática racial do Brasil. O site apresenta a seguinte descrição: “Em nosso conteúdo você encontra reportagens, coberturas, colunas, análises, produções

Logo após esse primeiro diálogo, um projeto foi enviado para a pró-reitoria de graduação da UFSCAR solicitando alimentação e alojamento para a realização do Encontro. Por inviabilidade de realização na UFSCAR, foi decidida pela Comissão de articulação nacional do EECUN que seria feita uma reunião na própria universidade para pensar as problemáticas de organização do evento, mas também o conteúdo político do mesmo. Segundo Danilo, a Executiva<sup>30</sup> não teve apoio e só aconteceu: *“pela nossa militância e resistência. Pegando dinheiro com professor e fazendo vaquinha na universidade. Criando alternativas e pedindo dinheiro para militância parceira”*.

Ainda no processo de organização do EECUN, o mesmo foi visto como a possibilidade de se criar um marco na militância universitária negra brasileira. A ideia de que o EECUN seria um espaço de fortalecimento dos estudantes negros em nível nacional era entendido como um sonho e perpassava os discursos dos militantes da organização. Alguns meses depois a chamada para segunda executiva nacional veio com o seguinte convite:

Convidamos PRETXS de todo Brasil para participar da 2ª reunião de construção do Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros – EECUN. Com o objetivo de fortalecer a organização dos coletivos negros pelo país e realizar um grande debate sobre temas de interesse da comunidade preta e acadêmica como: O GENOCÍDIO DO POVO PRETO, POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL, MOVIMENTO NEGRO, POLÍTICAS AFIRMATIVAS, RACISMO E MACHISMO NA ACADÊMIA, e muitos outros. Realizaremos a segunda reunião da Executiva Nacional de Organização do EECUN que acontecerá na UFMG na cidade de Belo Horizonte-MG e na Ocupação Vitória. Organize-se, mobilize! FAÇA O SEU QUILOMBO SE JUNTAR AO NOSSO, pois só a UNIDADE trará a VITÓRIA! Venha construir conosco um encontro autônomo e protagonizado por estudantes pretas e pretos (EECUN. 2015).

A segunda Executiva aconteceu no segundo semestre de 2015 (setembro) e dela saíram as datas do Encontro, o local, os princípios do EECUN, a divisão de comissões de organização e o cartaz<sup>31</sup>. Novamente, em vídeo, para o Alma Preta, uma integrante do coletivo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) discorreu sobre os quatro princípios do EECUN: *“Afrocentricidade, suprapartidariedade; autonomia política e financeira; enfrentamento a todas as práticas de opressão como racismo, machismo e LGBTfobia”*. Ainda nessa Executiva, uma das organizadoras afirmou a ocorrência de um amadurecimento em *“entender que o EECUN não tem um caráter acadêmico, pois já existe o Copene<sup>32</sup>, não sendo essa a tarefa do encontro. Não vai haver diálogo necessário com as práticas do movimento estudantil tradicional. A importância do encontro é conhecer e se fortalecer”*.

---

audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira. Nosso objetivo é construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente” (ALMA PRETA, 2017).

<sup>30</sup>Nome dado para os espaços de articulação nacional do EECUN.

<sup>31</sup>Anexo 2.

<sup>32</sup>O Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene) tem como objetivo geral reunir pesquisadores/as negros/as para discutir, apresentar, ampliar e avaliar as ações e estratégias de combate ao racismo, às políticas públicas direcionadas à população negra brasileira e as produções científico-acadêmicas elaboradas nas últimas décadas (COPENE, 2017).

Em conversa com Danilo, ele afirmou que desde o início o “*princípio da afrocentricidade*” estava garantido sem muitas discussões e os outros pontos também foram acrescentados “*por uma percepção coletiva dos objetivos do EECUN*”. Segundo ele, foi nessa reunião que a Carta de Princípios foi escrita e nela esses princípios aparecem sistematizados:

Por Negro(a) entendemos todo aquele que possui em suas características fenotípicas, como cor da pele, rosto, cabelos que caracterizam a raça negra, sendo um fator determinante da sua identificação social. O EECUN é uma organização política que fomenta a participação política e o combate a todas as formas de racismo, discriminações, preconceitos, intolerâncias e violências contra a população negra. Fundamenta-se e declara publicamente que defenderemos e seguiremos fielmente os seguintes princípios:

1. Afrocentricidade como método político:  
Afrocentricidade/afro-perspectiva/afro-centralidade: convictos da condição de pretas e pretos em diáspora, que na situação de universitários se somam na construção do EECUN. Nesse sentido, compreendemos a inaplicabilidade de todo e qualquer método que destoe da perspectiva afrocentrada, tendo como égide formas de relação política condicionadas por sindicatos ou encontros governistas, tais quais conferências e métodos utilizados em congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais que atuam sob base eurocêntrica.
2. Suprapartidário: Tendo em vista a concepção afrocentrada supracitada, a construção deste encontro não será permeada por nenhum vínculo partidário e/ou ligação, direta ou indireta. Entende-se por ligação direta ou indireta: correntes, coletivos, setoriais, que atuem com subnomes/subtítulos orientados diretamente por instituições partidárias [...]. Todavia, o EECUN conclama negras e negros diaspóricos, em situação universitária, para fortalecer esse novo passo coletivo de maneira independente.
3. Autonomia financeira: Inaceitável financiamento de cunho partidário e de instituições ligadas a partidos, sendo possível a captação de recursos públicos e privados.
4. Contra todas as formas de opressões: Haverá enfrentamento radical sobre quaisquer demonstrações, verbais e físicas, de opressão no que tange a LGBTfobia, machismo e sexismo. Reiteramos o direito essencial de todas as pessoas gênero diversas e orientações sexuais diversas (EECUN, 2016).

Após essas duas Executivas, foi feito um site onde constavam a programação e o *link* para a inscrição no EECUN. O Encontro, então, realizado em maio de 2016 nas dependências da UFRJ, no Rio de Janeiro, foi organizado por diversos coletivos de diferentes estados e, apesar de ter expectativa de mil participantes, segundo Danilo, contou com a presença de aproximadamente 3.000 jovens que participavam ou não de coletivos negros nas suas universidades. Segundo Mirtes, uma das organizadoras e integrante do coletivo Negra da UFES,

O EECUN é para reunir jovens negros universitários em coletivos ou não. O coletivo negro é um elemento novo do movimento negro que

está surgindo em todas as universidades federais do Brasil, desde Santa Catarina até o nordeste e nós estamos nos organizando em rede para a participação de cada mais estudantes negros possam ocorrer. Buscando recursos necessários para esse encontro que é autônomo e independente possa ocorrer. Com a participação exclusiva dos estudantes negros universitários (SANTOS, 2015).

A programação do EECUN contou com mesas formadas exclusivamente por pessoas negras que integram o movimento negro nacional, além de rodas de conversa e Culturais organizadas com o objetivo de fortalecer e criar um “protagonismo preto” nas universidades. A programação contou com mesas sobre permanência, “balanço” do movimento negro, identidade negra, a presença negra na universidade, extermínio da população negra e epistemicídio. Entre os convidados, figuras como: Hamilton Borges, Giovana Xavier, Hélio Santos, Jaqueline Gomes, Renato Nogueira, Frei David, entre outros. Vale ressaltar que as chamadas Culturais, ou seja, as festas organizadas pelo próprio Encontro contaram com a festa Batekoo<sup>33</sup> em um de seus dias.

A impressão que tive ao chegar no espaço de abertura foi compartilhada por outros presentes. Um auditório “todo preto” formou-se aos olhos dos que chegavam, algo inimaginável em uma universidade pública. Um integrante do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP, em conversa informal na qual lembrava desse momento de chegada ao evento, falou: “*Me senti em casa. Me senti representado. Me senti mais preto do que nunca*”. O sentimento compartilhado por ele se fez presente nas manifestações ainda na mesa de abertura do Encontro e em momentos de conversa posteriores. O formato do EECUN, com a presença de figuras antigas do movimento negro brasileiro nas mesas, de coletivos negros de todo Brasil e o número de participantes que o Encontro conseguiu reunir criou, naquele momento, o reflexo do que o “protagonismo preto” significava para os organizadores e para os ali presentes que compartilhavam esse desejo.

Nesse cenário, o sentimento de pertencimento e coletividade que aquele espaço nutria, reunindo mais de 3000 participantes para falar da força do “povo preto”, tomava mais significado do que a forma como alguns debates eram colocados. Em outras palavras, a chamada ao “protagonismo preto” tornava-se a principal e mais importante frente para todos os que estiveram ali; um sentimento que deveria ser gerado em cada um dos participantes para que, depois, cada um voltasse para sua universidade e seus coletivos e da forma que “achassem melhor” se organizassem e fizessem força na construção de um “protagonismo preto na universidade”.

De tal modo, o desejo de “enegrecer” e “criar um protagonismo preto” criou, no ENUDSG e no EECUN uma relação e uma enunciação mais do que simbólica, material, a fim de demonstrar que, para dentro dos limites dos portões da universidade, estão os “outros”, no caso os brancos. Nesse sentido, assim como afirmam Fanon (2008) e Butler (1993), a condição política para se constituir uma identidade é negar o compartilhamento de algum tipo de igualdade com o “outro”. Contudo, a construção das corporalidades desses diversos sujeitos negros perpassa um conjunto diferenciado de circunstâncias e afasta qualquer noção de homogeneidade.

<sup>33</sup>Segundo a página do Facebook, a festa é um “movimento que se expressa através da dança, da música, do corpo, da pele preta, do suor, da liberdade corporal e sexual, da cultura negra, periférica e urbana, do empoderamento coletivo e representatividade preta dentro de qualquer espaço” (BATEKOO, 2014). Bruno Ribeiro, além de amigo e interlocutor desta pesquisa, desenvolve seu trabalho de mestrado em antropologia sobre esse circuito de festas e, dentre elas, a Batekoo.

## 4 Considerações finais

Os relatos do XIV ENUDSG e do I EECUN nos apresentam alguns apontamentos acerca das relações gerais da investigação que venho realizando. Em primeiro lugar, aparece o distanciamento, nesses encontros, de qualquer tipo de característica considerada “institucionalizada” e uma exaltação da estética, do uso do corpo e da autonomia. Assim, o desejo de diferenciar-se aparece, por exemplo, no afastamento do movimento estudantil e na busca da “autonomia financeira”. O movimento estudantil é visto como um espaço “limitado” para o desenvolvimento das questões LGBT e raciais, e o acionamento de qualquer financiamento além do universitário emerge como limitador político do espaço.

Além desses aspectos, a compreensão dos Encontros como um espaço de formação está presente no ENUDSG e no EECUN. A proposta de ser formativo é vista pela recusa de criar um espaço institucional de aprovação de pautas e diretrizes políticas. Nesse contexto, esses dois Encontros se apresentam como “novo”, ou como prefiro tratar até esse momento, como encontros na gama de espaços, com um forte marcador geracional, que se estabelecem na crítica às formas institucionalizadas de atuação de movimentos sociais, muito embora se fizessem presentes num dos eventos pelo menos lideranças de organizações mais tradicionais, como o caso da Educafro, da ONG Criola, dentre outras. Não só estiveram entre os convidados lideranças estabelecidas do movimento negro, como suas pautas também se faziam notar, como o problema do genocídio, epistemicídio e mesmo as ações afirmativas.

Outra questão importante que aparece no campo é o acionamento e uso da categoria “experiência”. Para os presentes nos Encontros, “enegrecer” e criar um “protagonismo preto” relacionam-se com a constituição de uma formação política através de uma “experiência” comum. Nessa conjuntura, esses Encontros criam, a partir da experiência, o que corresponde a “ser negro” na universidade e, por conseguinte, constroem o que é ser esse sujeito político negro no território da universidade.

Se seguirmos esse caminho, então, o ENUDSG e o EECUN se formam como espaços em que o corpo aparece como uma fonte de autoridade de quem pode falar o que e por quem, ou seja, o corpo torna-se o *locus* da experiência. Esse processo, observado nas edições dos Encontros, se articula com um conjunto de outros espaços políticos contemporâneos<sup>34</sup> onde o corpo e a experiência constroem a noção de organização política dos próprios agentes. Assim, o acionamento de marcadores como gênero, raça, sexualidade, identidade de gênero, geração e classe constituem o fazer político desses espaços, mas eles mesmos recebem *status* hierárquicos distintos a depender do corpo que fala e no contexto no qual se faz o uso da palavra.

Desse modo, os Encontros apresentados contribuem para compreender a crescente proliferação de discursos e narrativas em torno da interseccionalidade – categoria utilizada em campo – com atenção aos marcadores de raça, gênero, sexualidade e geração. Nesse caso, a apresentação que trago na primeira parte deste artigo indica que o que acontece no interior do campo que investigo está localizado num processo histórico e contextual. Além disso, nos chama

<sup>34</sup>Como, por exemplo: coletivos LGBTs universitários (FALCÃO, 2017); coletivos secundaristas (ALEGRIA, 2018); Marcha das Vadias (GOMES, 2018); coletivos feministas autônomos (CARMO, 2016), entre outros.

a olhar com mais atenção para como a “experiência” é acionada em campo como um caminho para compreendermos, de maneira mais geral, as formas contemporâneas de politização de raça, gênero e sexualidade, especialmente entre as novas gerações universitárias.

## Referências

AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH-Unicamp, Campinas, 2014.

ALBUQUERQUE, Hugo et. al. *Junho: potência nas ruas e nas redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014.

ALEGRIA, Paula. “Vai ter viado se beijando, sim!”: gênero, sexualidade e juventude entre alunos do movimento estudantil secundarista de uma escola pública federal do Rio de Janeiro. *Teoria e Cultura*, UFJF, v. 13, n. 1, jun. 2018.

ALMA PRETA. *Alma Preta/Universitários e coletivos negros organizam Encontro Nacional*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=visIpExQ0aA>. Acesso em: 28 maio 2017.

ALMA PRETA. *Sobre*. Disponível em: <http://almapreta.com/sobre>. Acesso em: 28 maio 2017.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos pagu* [online], n. 43, p.13-56, jan./jun., 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 mar. 2016.

BATEKOO. *Sobre*. Salvador, [s.d]. Facebook: @batekoo. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/batekoo/about/>. Acesso em: 03 abr. 2017.

BRASIL. *Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 06 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *O que é o REUNI*. 25 mar. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 07 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Perguntas frequentes*. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *PROUNI: Programa Universidade para Todos*. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em: 28 maio 2017.

Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 71 – 89, jan./jun. 2019

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *Em 3 anos, 150 mil negros ingressaram em universidades por meio de cotas*. 21 mar. 2016. Disponível em: [https://www.mdh.gov.br/noticias\\_seppir/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas](https://www.mdh.gov.br/noticias_seppir/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas). Acesso em: 23 abr. 2017.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: London, Routledge, 1993.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 313-350. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CARMO, Íris Nery do. “Fiz do meu corpo a revolução”: gastropolíticas e contestações de gênero, sexualidade e espécie. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. 1. ed. Salvador-BA: Edufba, p. 1-240, 2016.

CARVALHO, Jorge José. *A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do mapa das ações afirmativas no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação/Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2014, 1. ed., 2016.

CARVALHO, Jorge José. *Inclusão étnica e racial no Brasil*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CARVALHO, Cristina. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, 2006.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição à história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 319-351, 2013.

CARVALHO, Mario. *“Muito prazer, eu existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONVOCAÇÃO a juventude negra. In: FORUM Nacional Juventude Negra, Brasil, 30 maio 2008. Disponível em: <http://forumnacionaldejuventudenegra.blogspot.com.br/>. Acesso em: 28 maio 2017.

COPENE. *IX Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as*. Rio de Janeiro, jan. 2017. Facebook: @copene2017. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/copene2017/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/copene2017/about/?ref=page_internal). Acesso em: 07 maio 2017.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, abr. 2013.

DANILIAUSKAS, Marcelo. *Não se nasce militante, torna-se*: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

EECUN. *Carta de Princípios do EECUN/2016*. Disponível em: <http://eecun.com.br/> Acesso em: 07 mar. 2016.

EECUN. *Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros*. Rio de Janeiro, maio 2016. Facebook: @eecun. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/eecun/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/eecun/about/?ref=page_internal). Acesso em: 07 mar. 2016.

EECUN. *II Reunião Nacional de Organização do EECUN*. UFMG, Belo Horizonte, 9 de out de 2015. Facebook: eecun@eecun.com.br. Disponível em: [https://www.facebook.com/events/566425943495345/?active\\_tab=about](https://www.facebook.com/events/566425943495345/?active_tab=about). Acesso em: 18 abr. 2017.

ENUDSG. *XIV ENUDSG*. Disponível em: <https://xivenudsg.wixsite.com/xivenudsg>. Acesso em 15 ago. 2016.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 44, n. 1, pp. 161-193, 2013.

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (org.). *Hasteemos a bandeira do arco-íris: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 231-262, 2018.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro: Guaramond, 2005.

FALCÃO, Thiago. *Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, 2015.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, 2009.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido? *Econômica*, v. 6, n. 1, p. 153-161, jun. 2004.

Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 71 – 89, jan./jun. 2019

GOMES, Carla. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – UFRJ/IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2018.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Sociedade e Estado* [online], Brasília, v. 29, n. 2, p.433-447, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007). Acesso em: 15 mar. 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 247-268, mar. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. *Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais Brasileiras: o contexto pós-Durban”*. Brasília, Ministério da Educação e a Câmara Federal, set. 2005.

HEREDIA, Beatriz; LOPES LEITE, José Sergio (org.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

LIMA, Marcia. Ações afirmativas e juventude negra no Brasil. *Cadernos ADENAUER* (São Paulo), v. XVI, p. 27-43, 2015.

LIMA, Marcia. ?La expansión de la enseñanza superior en Brasil y sus principales desafíos? In: Beige, Fernanda; Sabea, Hana. (org.). *Dependencia académica y profesionalización en el sur: perspectivas desde la periferia*. 1. ed. Mendoza: EDIUNC, 2014.

LIMA, Marcia. A produção de conhecimento em tempos de conflito: o lugar das Ciências Sociais. *Revista de Antropologia* [São Paulo, Online], v. 61, n. 1, p. 95-102, USP, 2018.

LIMA, Stephanie Pereira de. *“As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!”: uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIMA, Stephanie Pereira de. “Coletivo”, “ativista” e “horizontal”: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo. *Revista Teoria e Cultura*, UFJF, v. 13, n. 1, jun., 2018.

LIMA, Stephanie Pereira de. Os limites da “experiência” e da “liberdade” no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). *Sexualidad, Salud e Sociedad (Rio de Janeiro)* [online], n. 25, p. 256-276, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. 1. ed. São Paulo: Editora Francis, 2010.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

RIO, Flavia. *Elite política negra no Brasil*. Tese (doutorado em Sociologia) – FFLCH – USP, São Paulo, 2014.

RIO, Flavia. *Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH – USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, Jocélio (org.). *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, Mirtes. CULTNE DOC - EECUN. [S. l.: s. n.], 2 nov. 2015. 1 vídeo (2 min 41 s). Publicado pelo Cultne. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xvq47DuchU8>. Acesso em: 15 fev. 2016.

## Anexo 1

Figura 1: Cartaz do XIV ENUDSG



Fonte: XIV ENUDSG (2016).

## Anexo 2

Figura 2: Cartaz do I EECUN



Fonte: I EECUN (2016).